



**ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA Nº 006/2015 DO
FÓRUM DE COMBATE À CORRUPÇÃO NO
ESTADO DE SÃO PAULO – FOCCOSP,
REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2015.**

Aos (04) quatro dias do mês de dezembro de 2015, nesta cidade de São Paulo/SP, no Auditório Luiz Felipe França Ramos, localizado na sede do Ministério Público, sito à Rua Riachuelo, nº 115, 9º andar, Centro, CEP: 01007-904, às 14:30 horas, foi realizada a reunião Plenária do Fórum de Combate à Corrupção no Estado de São Paulo – FOCCOSP de nº. 006/2015, sob a coordenação do coordenador do Dr. Everton Luiz Zanella, Promotor de Justiça Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal do Ministério Público de São Paulo e do Dr. Márcio Francisco Escudeiro Leite, Promotor de Justiça Assessor do Centro de Apoio Operacional Criminal do Ministério Público de São Paulo, e com a presença dos doutores: Márcio Fernando Elias Rosa, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Gianpaolo Poggio Smanio, Subprocurador-Geral de Justiça Institucional do Ministério Público de São Paulo, Dr. Beatriz Lopes de Oliveira, Promotora de Justiça Assessora do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Social, Débora Moretti Fumach, Promotora de Justiça Assessora do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Social, Mylene Comploier, Promotora de Justiça Assessora do Centro de Apoio à Execução, Zenon Lotufo Tertius, Promotor de Justiça Assessor do Centro de Apoio à Execução, Arthur Pinto de Lemos Junior, Promotor de Justiça do Grupo Especial de Repressão aos Delitos Econômicos, Anamara Osório Silva, Procuradora-Chefe da Procuradoria da República em São Paulo, Denise Neves Abade, Procuradora da República, Ivan Agostinho, chefe da Corregedoria-Geral da Administração, Ricardo Kendy, Procurador do Estado de São Paulo – CGA, Gustavo Ungaro, Ouvidor Geral do Estado, Ana Marques, Assessora da Ouvidoria Geral do Estado, Isabel Lopes de Oliveira de Faria Kato, Assessora Especial da Controladoria Geral do Município de São Paulo, Milton Fornazari Junior, Delegado de Polícia Federal, Robinson Fernandes, Delegado de Polícia Coordenador do Laboratório de Lavagem de Dinheiro da Polícia Civil, Rogério Dantas, Chefe Jurídico da Secretaria da Fazenda de São Paulo, Eduardo Almeida Mota, Assistente Fiscal da Secretaria da Fazenda de São Paulo, Felipe Rodegheri Manzano, Agente Fiscal de Rendas da Secretaria da Fazenda de São Paulo, Fábio Marchini, Auditor Fiscal da Receita Federal, Valéria Valentim, Auditora Fiscal da Receita Federal, Cecília Cícera Palma,



Auditora Fiscal da Receita Federal, Augusto Haruo Kumakura, Auditor Fiscal da Receita Federal, Gerson José Morgado de Castro, Auditor Fiscal da Receita Federal, Newton Cardoso Nagato, Auditor Fiscal da Receita Federal, Ricardo Tieppo Alves, Perito Criminal Assistente Superintendente da Polícia Científica de São Paulo, Pedro Paulo Araújo de Aquino, Assessor Subchefe de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Fernando Pastorelo Kfourri, Assessor da Secretaria de Segurança Pública, Gabriel Silvestre Gotia Garcia, Procurador do Município, Ricardo Ferrari Nogueira, Procurador do Município, Celso Augusto Matuck Feres Junior, Procurador do Ministério Público de Contas, Márcio Aurélio Sobral, Coordenador da Controladoria Geral da União/SP. **Ausentes os representantes** do Banco Central do Brasil, do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal do Estado de São Paulo, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Departamento da Polícia Rodoviária Federal, da Federação Brasileira de Bancos, do Instituto São Paulo contra Violência, da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria de Administração Penitenciária, da Secretaria Nacional de Justiça, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e do Tribunal Regional Federal da 3^o Região. **Abertura – Informes.** A reunião foi aberta pelo Procurador-Geral de Justiça, Márcio Fernando Elias Rosa, que destacou a importância da atuação conjugada e integrada dos vários órgãos e instituições no combate à corrupção, parabenizando todos os envolvidos nos resultados alcançados em 2015. Informou que desde 2012, quando foi criado o FOCCOSP, a expectativa que temos é de demonstrar para todos, sobretudo para sociedade civil, que os órgãos que fazem a gestão destas instituições têm a preocupação viva de aperfeiçoar os mecanismos de controle interno, a autotutela, e é capaz de promover ações governamentais que venham aperfeiçoar o respeito a probidade. Acrescentou que o legislador brasileiro vem apresentando mostras de que é possível inovar nesse campo normativo, restando a quem executa exigir a aplicação e sugerir mudanças, sendo fundamental a atuação articulada, sem estabelecer qualquer disposição concorrencial, em movimento autofágico, de afirmação de uma instituição em detrimento das outras, pois ninguém sozinho será capaz de manejar bem o fenômeno da corrupção e que no momento atual de crise é necessário fazer tudo o que está ao nosso alcance para demonstrar que o Estado Democrático não sucumbe a essas instabilidades. Asseverou também que os servidores públicos não sentem valorizados ou vitoriosos ao cargo de um exercício em que a pauta da ocorrência da corrupção superou a pauta do combate a corrupção e que a grande finalidade em 2016 é reafirmar o compromisso da



atuação integrada articulada homenageando a opção do exercício de função pública regida pelo primado da seriedade e da honestidade. Após, afirmou que o saldo de 2015 é extremamente positivo e que em 2016 com a Corregedoria Geral da Administração as reuniões, metas e pautas deverão de ser mais produtivas. Concluiu afirmando que é uma honra para o MPE/SP trabalhar com todos os órgãos envolvidos no Fórum. Em seguida, o Dr. Everton Luiz Zanella, Secretário-Executivo, iniciou os trabalhos da sexta reunião Plenária com agradecimentos em relação à presença de todos. Após, se desculpou pela ausência na última reunião Plenária (nº 005/2015) que foi presidida pelo Dr. Márcio Escudeiro e explicou que está de licença para estudo somente retornando as atividades no ano de 2016. Ato contínuo, apresentou o **Relatório Final**, entregue a todos os participantes do evento, ressaltando erro de digitação na última página, com relação ao nome da Corregedoria-Geral da Administração que saiu como "Controladoria". Explicou que se trata de relatório provisório que deverá ser aprovado pelo colegiado na presente reunião, com o seguinte conteúdo: histórico, ações de 2014, trabalhos e ações de 2015. Após, fez breve leitura do texto constante na folha de nº 5/09, destacando a participação de integrantes do Fórum em eventos de combate à corrupção e a participação do Dr. Márcio Escudeiro na Reunião dos coordenadores de todos os FOCCO's, em Belo Horizonte/MG, no dia 04 de novembro de 2015, promovida pela ENCCLA, onde se discutiu sobre o "Ciclo Completo de Polícia" e a "Lavatura de TCO pela Polícia Militar. Ato seguinte, iniciou ao resumo dos trabalhos desenvolvidos nas ações de 2015, a partir dos relatórios apresentados por cada coordenador de ação, consignando a possibilidade de eventuais complementações pelas instituições. Nesta oportunidade, fez breve leitura do resumo da 1ª ação e posteriormente questionou se o coordenador gostaria de fazer alguma observação ou acréscimo com relação ao relatório da 1ª ação. Ato contínuo, o Dr. Ivan Agostinho e o Dr. Ricardo Kendy informaram a realização de mais uma reunião interna do grupo de trabalho, solicitando, assim, que constasse no relatório que foram realizadas 05 (cinco) reuniões. Após, o Secretário-Executivo questionou se a 1ª ação continuaria sob a coordenação da CGA independente da Secretária-Executiva no ano de 2016, oportunidade em que foi APROVADO pelo colegiado o **relatório da 1ª ação cujos trabalho no ano de 2016 serão desenvolvidos pela mesma coordenação e colaboração**. Em seguida, informou que a definição de novos integrantes das ações ocorrerá na Reunião Plenária nº 001/2016. Em prosseguimento, fez breve leitura do resumo da 2ª ação e posteriormente indagou se o coordenador gostaria de fazer alguma observação ou acréscimo com relação ao relatório da 2ª ação. Em atenção ao questionamento, o Dr.



Gustavo Ungro solicitou alteração da palavra "já" para "a ser", visto que o sistema se encontra na fase de ajustes finais antes de entrar no "ar" e ainda não está implantado. Após, a Dra. Anamara Osório questionou a existência de compartilhamento entre os sistemas, tendo o Dr. Gustavo Ungaro informado que a situação está sendo equacionada no momento para que não haja paralelismo, razão pela qual se propôs a definição de tipologias para as denúncias visando o encaminhamento mais específico. Acrescentou, também, que é uma demanda que já foi passada para Prodesp a fim de verificar os ajustes técnicos. No entanto, ressaltou que o enquadramento inicial das possíveis denúncias é algo que depende do grupo. Em seguida, a Dra. Anamara Osório, em segundo questionamento, indagou a possibilidade do sistema funcionar como rede para as instituições se comunicarem, obtendo como resposta do Dr. Márcio Escudeiro que inicialmente a proposta de rede não foi contemplada, podendo no futuro avançar nesse ponto. Asseverou que a ideia é o estabelecimento de cinco tipologias, conforme email encaminhado para todos com sugestão simplista no início de dezembro, visando facilitar ao máximo a compreensão do cidadão e permitir que ele faça a sua representação. Informou que se trata de projeto piloto que exigirá experiência e aperfeiçoamento durante o ano de 2016, através de no máximo 05 (cinco) tipologias. Acrescentou que após avaliação e aperfeiçoamento no ano de 2016 é possível pensarmos em ampliação no ano de 2017. Em complemento, o Dr. Gustavo Ungaro reforçou ser este o motivo da continuação do grupo de trabalho a fim de que o início de funcionamento seja monitorado. Após, foi APROVADO pelo colegiado o **relatório da 2ª ação cujos trabalho no ano de 2016 serão desenvolvidos pela mesma coordenação e colaboração.** Ato seguinte, o Secretário-Executivo fez breve leitura do resumo da 3ª ação, ressaltando que o ponto referente à ampliação do tema sob o enfoque educacional será tratado oportunamente, ainda na presente reunião, quando da definição das metas para 2016, uma vez que propõe a continuidade da 3ª ação no sentido de promover a capacitação interna dos órgãos partícipes e de uma nova ação envolvendo a capacitação externa. Posteriormente, como foi proposto pelo coordenador da 3ª ação a continuidade dos trabalhos sob a coordenação de outra instituição a fim de conferir oportunidade aos outros órgãos participantes do Fórum, o Secretário-Executivo questionou se havia mais algum órgão com escola que manifestasse interesse em assumir a coordenadoria da 3ª ação ou se permaneceria com a Polícia Civil para fazer curso de capacitação interna. Em atenção ao questionamento formulado pelo Secretário-Executivo, o Dr. Pedro Aquino informou que não dispõe de autorização do Presidente para deliberação no momento, mas que a Escola de

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end, positioned at the bottom right of the page.



Contas do Município (TCM) poderia ser utilizada para desenvolvimento dos trabalhos, podendo, assim o TCM participar como colaborar da ação. No entanto, acrescentou que somente podendo apresentar qualquer proposta ao Fórum em janeiro de 2016, após a devida autorização do órgão. Em seguida, foi APROVADO pelo colegiado o **relatório da 3ª ação cuja definição do coordenador e colaboradores ocorrerá na Reunião Plenária nº 001/2016.** Após, o Secretário-Executivo ressaltou que o órgão que possuir interesse em coordenador ou colaborar com quaisquer das ações pode manifestar interesse antes mesmo da Reunião Plenária nº 001/2016. Ato contínuo, questionou se o coordenador gostaria de fazer alguma observação ou acréscimo com relação ao relatório da 3ª ação, oportunidade em que o Dr. Robinson Fernandes informou que a Polícia Civil pode continuar coordenando a 3ª ação caso seja necessário e que apenas propôs que outra instituição coordenasse o grupo de trabalho a fim de promover o rodízio das instituições. Em complemento, o Secretário-Executivo destacou que a 3ª ação comporta co-coordenadoria, podendo cada uma das instituições coordenar um evento. Em prosseguimento, fez breve leitura do resumo da 4ª ação e posteriormente indagou se o coordenador gostaria de fazer alguma observação ou acréscimo com relação ao relatório da 4ª ação. Nesta oportunidade, o Dr. Fábio Marchini informou que não há acréscimos a fazer no relatório, ressaltando que deve haver o acompanhamento desta ação junto com a ENCCLA, uma vez que possuem ação idêntica (ação 11). Após, ressaltou que faz 12 anos que estão discutindo essa ação na ENCCLA e que até o momento não houve definição por ser um tema bastante complexo e difícil de avanço. Assim, propôs o acompanhamento do relatório final da ENCCLA e posterior apoio do Fórum perante o Congresso Nacional juntamente com a ENCCLA, como dois órgãos de combate a corrupção, quando da colocação em pauta de um dos projetos de lei que tratem do tema. Ato seguinte, o Secretário-Executivo questionou se a coordenação dos trabalhos da 4ª ação permaneceria com a Receita Federal. Nesta oportunidade, o Dr. Fábio Marchini informou que não poderia continuar na coordenação da 4ª ação, visto que assumiu compromisso diverso, mas ressaltou que a Dra. Mylene Comploier (MPE) e a Dra. Valéria Valentim (RFB) acordaram em coordenar conjuntamente a 4ª ação após confirmação pelos integrantes do Fórum. Em seguida, foi APROVADO pelo colegiado o **relatório da 4ª ação cujos trabalho no ano de 2016 serão desenvolvidos mediante coordenação conjunta do MPE e RFB.** Após, o Dr. Robinson Fernandes pediu a palavra e informou que, ao participar de reunião da ENCCLA, compartilhou as discussões havidas no Fórum destacando as propostas de mudanças legislativas e memoriais para o STF e que as manifestações foram



bem vistas pela ENCCLA, sugerindo, assim, o encaminhamento de material (relatório) à ENCCLA antes do fechamento dos trabalhos, visando apoiar o projeto de lei de compartilhamento de dados entre as autoridades. Em resposta, a Dra. Mylene Comploier informou que esta é a proposta do grupo com fechamento dos trabalhos até o meio do ano de 2016 para posterior encaminhamentos. Em prosseguimento, o Secretário-Executivo fez breve leitura do resumo da 5ª ação e posteriormente indagou se a Dra. Anamara Osório gostaria de fazer alguma observação ou acréscimo com relação ao relatório da 5ª ação. Nesta oportunidade, a Dra. Anamara Osório informou que não havia complementos a ser feitos no relatório. Após, foi APROVADO pelo colegiado o relatório da 5ª ação cujos trabalho no ano de 2016 serão desenvolvidos pelo MPF. Ato contínuo, o Secretário-Executivo passou a verificar as **ações para 2016**, tendo em vista que as propostas foram encaminhadas para Secretaria-Executiva via endereço eletrônico (email). Após, ressaltou que as propostas foram compiladas, em razão de haver temas comuns. Em seguida, apresentou como primeira proposta, apresentada pelo MPE (Dr. Márcio Escudeiro) e MPF (Dra. Anamara Osório), a ser definida como 6ª ação, o seguinte enunciado: "Fomentar o fortalecimento do serviço de inteligência dos órgãos governamentais voltados à fiscalização de tributos", apresentando como justificativa "fortalecer os mecanismos de recebimento, gerenciamento e transmissão de informações". Ato seguinte à explanação, o Dr. Márcio Escudeiro informou que foi pensado como indicação de coordenador a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em virtude de possuir o serviço de inteligência e por ser o primeiro órgão, salvo engano, a implantar o serviço de inteligência possuindo, assim, experiência e expertise, além de o fato da Receita Federal já aparecer como coordenadora de outra ação. Em seguida, foi dada palavra ao Dr. Eduardo Mota, oportunidade em que informou que é chefe do setor de inteligência da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Após, ressaltou que a ideia é excelente e a apoio, mas que precisa de autorização do órgão, razão pela qual irá compartilhar a ideia com o corpo diretivo da SEFAZ. Ato contínuo, o Dr. Márcio Escudeiro questionou a adequação do objeto específico da ação, oportunidade em que foi discutido pelo colegiado o correto tema a ser abrangido pela 6ª ação, em virtude da abrangência do termo "inteligência" e "órgãos de controle", bem como a impropriedade da expressão "fiscalização de tributos" com relação ao combate à corrupção. Após debates, foi APROVADO pelo colegiado como objeto da 6ª AÇÃO o seguinte enunciado: **FOMENTAR O FORTALECIMENTO DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA**. Em seguida, o Secretário-Executivo apresentou como segunda proposta, apresentada pela CGU, a ser definida como 7ª ação, o seguinte



enunciado: "Fomentar a criação, estruturação e capacitação dos órgãos de controle interno dos municípios". Após, foi debatido a possibilidade (ou não) da presente proposta para 2016 (7ª ação) possuir objeto semelhante ao da 1ª ação de 2015 (em curso), tendo o colegiado concluído que não, visto que se trata de ação que visa fomentar a capacitação dos órgãos de controle interno dos municípios. Ato contínuo, foi proposto que a coordenadoria da 7ª ação ficaria a cargo do TCE, devendo a indicação ser confirmada na Reunião Plenária nº 001/2016 ante a ausência do órgão no presente evento. Assim, após debates, foi APROVADO pelo colegiado como objeto da 7ª AÇÃO o seguinte enunciado: FOMENTAR A CRIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO DOS MUNICÍPIOS. Ato seguinte, o Secretário-Executivo apresentou como terceira proposta, sugestões apresentadas pela CGU e TCM que foram aglutinadas em única proposta, a ser definida como 8ª ação, o seguinte enunciado: "FOMENTAR A ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL COMO FORMA DE COMPARTILHAR AS BASES DE DADOS ENTRE AS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES", apresentando como justificativa "viabilizar o acesso a dados não sigilosos como forma de favorecer a atuação investigativa das instituições participantes". Após debates, foi APROVADO pelo colegiado como objeto da 8ª AÇÃO o enunciado como inicialmente proposto. Ato contínuo, foi deliberado que o canal para compartilhamento de informações entre os órgãos poderá ser contemplado futuramente pelo sistema do web-denúncia corrupção formulado pela Prodesp. Em prosseguimento, o Secretário-Executivo apresentou como última e quarta proposta, apresentada pelo PC e reformulada pela Secretaria-Executiva, a ser definida como 9ª ação, o seguinte enunciado: "Fomentar a estruturação da grade curricular escolar dos ensinos fundamental e médio, prevendo-se temas de conscientização da cidadania e das nefastas consequências da corrupção para sociedade". Após extenso debate e visando contemplar a atuação preventiva do Fórum, foi APROVADO pelo colegiado como objeto da 9ª AÇÃO o enunciado: "FOMENTAR CAMPANHAS EDUCATIVAS VOLTADAS AO PÚBLICO INFANTO-JUVENIL PARA A CONSCIENTIZAÇÃO DAS CONSEQUÊNCIAS DELETÉRIAS DA CORRUPÇÃO". Encerradas a apresentação e aprovação das propostas para 2016, o Secretário-Executivo conferiu a palavra ao Dr. Márcio Escudeiro que informou contato feito pelo CADE. Acrescentou que o Superintendente Geral do CADE, Eduardo Frade, planeja colocar a Instituição à disposição do Fórum sem, no entanto, participar ativamente das reuniões realizadas na cidade de São Paulo. Informou, também, que o Superintendente Geral do CADE demonstrou interesse em comparecer na próxima Reunião Plenária para apresentação da instituição e expor de que forma poderia contribuir com o Fórum no combate à corrupção. Após, foi posto em votação a



realização de convite para o CADE participar do próximo encontro que será realizado no ano de 2016, o que foi APROVADO pelo colegiado. Na sequência, também foi proposto a realização de convite no ano de 2016 para ABIN, o que foi APROVADO pelo colegiado. Ato seguinte, o Dr. Márcio Escudeiro apresentou balanço final das coordenadorias, tendo sido deliberado que a coordenação da 1ª ação (2015) continuaria com a CGA; a coordenação da 2ª ação (2015) continuaria com a OGE; a coordenação da 3ª ação (2015) será definida na Reunião Plenária nº 001/2016, não havendo oposição de continuidade pela Polícia Civil; a coordenação da 4ª ação (2015) pelo MPE e RFB; a coordenação da 5ª ação (2015) continuaria com o MPF; a coordenação da 6ª ação (2016) com indicação da Secretaria da Fazenda a ser confirmada na Reunião Plenária nº 001/2016; a coordenação da 7ª ação (2016) com indicação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a ser confirmada na Reunião Plenária nº 001/2016; a coordenação da 8ª ação (2016) pelo TCM; a coordenação da 9ª ação (2016) será definida na Reunião Plenária nº 001/2016. Após, concluída as atividades no ano de 2015, e em atenção ao regime de rodízio da Secretária-Executiva, o Dr. Everton Luiz Zanella transmitiu a coordenação dos trabalhos no ano 2016 à Corregedoria Geral da Administração do Estado de São Paulo. Em seguida, foi dada palavra ao Dr. Ivan Agostinho, oportunidade em que se apresentou e agradeceu os trabalhos do Ministério Público. Por fim, ficou estabelecido que a reunião Plenária nº 001/2016 será realizada no dia **23/02/2016**, às **15:00 horas**, na sede do **Corregedoria-Geral da Administração**, em auditório a ser informado oportunamente. Prestados todos os esclarecimentos e não havendo mais comentários, o Dr. Everton Luiz Zanella e o Dr. Márcio Francisco Escudeiro Leite agradeceram a presença de todos e deu por encerrada a reunião Plenária nº 006/2015. E para constar, eu, **Solange Lissandra Souza Santos de Araujo, Analista de Promotoria I**, lavrei a presente ata, que sai assinada pelo Secretário Executivo em Exercício do FOCOSP.

MÁRCIO FRANCISCO ESCUDEIRO LEITE
PROMOTOR DE JUSTIÇA ACESSOR DO CENTRO DE APOIO CRIMINAL
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO FOCCOSP EM EXERCÍCIO